	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 1 de 12

## **CAPÍTULO I - DA CATEGORIA E FINALIDADE:**

**ART. 1º -** A Comissão de Ética de Enfermagem (CEE) do HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN rege-se por Regimento próprio aprovado em Assembleia Geral da Categoria, realizada em 02 de junho 2015, atendendo determinação da Decisão COREN-SC nº 002/2006 e homologado pela Plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.

**ART. 2º -** A CEE é um órgão representativo do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina nas questões éticas dos profissionais de Enfermagem.

**ART. 3º -** As finalidades da CEE são: educativa, opinativa, consultiva, fiscalizadora e de assessoramento nas questões éticas do exercício profissional, nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

**ART. 4º -** A CEE rege-se-a por este regimento, devidamente aprovado em assembleia da categoria e homologado pela Plenária do COREN-SC.


Parágrafo único. O julgamento e a atribuição de pena são exclusivas do Plenário do Coren/SC e do Cofen.

**ART. 5º -** A CEE deverá ser homologada pelo plenário do COREN/SC.

## **CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS:**

**ART. 6º -** A CEE tem os seguintes objetivos:

- I. Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional;
- II. Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional;
- III. Promover e / ou participar de atividades que visem a interpretação do Código de Ética e a conscientização dos profissionais de Enfermagem da necessidade de disciplina no comportamento ético-profissional;
- IV. Promover e/ou participar de atividades

 <p>IPM - Hospital e Maternidade <b>Marieta</b> Konder Bornhausen</p>	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 2 de 12

Multiprofissionais ligadas à ética;

- V. Assessorar e orientar a Gerência de Enfermagem, membros da equipe, clientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações advindas de atitudes ante ética;
- VI. Fiscalizar o exercício ético dos profissionais de Enfermagem e as condições oferecidas pela entidade para o seu desempenho;
- VII. Averiguar denúncias ou fatos antiéticos que tenha conhecimento fazendo os devidos encaminhamentos.
- VIII. Apreciar e emitir parecer sobre questões éticas e projetos de pesquisas que envolvam profissionais de Enfermagem.

### **CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO:**

**ART. 7º** - A CEE atende os profissionais da Enfermagem de todas as áreas de trabalho da instituição, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão.


**Parágrafo único:** A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem ou semelhantes, devidamente autorizados pelo COREN/SC e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

**ART. 8º** - A CEE é constituída por no mínimo 03 profissionais de Enfermagem: Presidente, Secretário e Membro, sendo que os dois primeiros cargos serão privativos do Enfermeiro(a). \*Caso existir profissionais de nível médio na categoria de auxiliar de enfermagem estes deverão compor a CEE com representatividade em nível de titular e suplente.

**Parágrafo único:** O presente regimento segue o proposto na resolução 593/2018, possibilitando a designação dos componentes da CEE pelo Responsável Técnico de Enfermagem da Instituição.

**ART. 9º** A CEE será constituído por, no mínimo, por um (a) 01 Enfermeiro (a), 01 Técnico (a) de Enfermagem e 01 Auxiliar de Enfermagem em efetivos e seus respectivos suplentes.

**§1º** A CEE será constituída por um (a) Enfermeiro (a) e dois (duas) técnico (a) de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, ou por dois (duas) Enfermeiro (a) e um (a) Técnico (a) de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, quando a

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 3 de 12

instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis profissionais com vínculo empregatício.

**§2º** A CEE será constituída por um (a) Enfermeiro (a) e dois Auxiliar de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, ou por dois (duas) Enfermeiro (a) e um Auxiliar de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis profissionais com vínculo empregatício.

**ART. 10º** - É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a de Direção e ou Gerência do Órgão de Enfermagem.

**ART. 11º** - O mandato dos integrantes da CEE é de três anos, sendo permitida a sua reeleição por igual período.

**§1º** A cada eleição poderá permanecer 50% dos membros.

**§2º** Os 50% dos membros que optarem por permanecer na comissão não concorrerão às eleições.

**ART. 12º** - O afastamento dos integrantes da CEE poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou desistência.

**Parágrafo único:** Independentemente do tipo de afastamento, a Coordenação da CEE deverá comunicar o fato à Comissão de ética do Caren de SC (CEE).


**ART. 13º** - Entende-se por término do mandato quando os integrantes da CEE concluírem os 03 (três) anos de gestão.

**ART. 14º** - Entende-se por término de mandato temporário quando o integrante da Comissão afastar-se dá por tempo determinado, no máximo, por um período de quatro meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético.

**Parágrafo único:** A solicitação deverá ser encaminhada à coordenação da CEE, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

**ART. 15º** - Entende-se por destituição, o afastamento definitivo do integrante da CEE, que se dará por decisão da mesma em reunião ordinária, constando o fato em ata.

**Parágrafo único:** A decisão deverá ser comunicada, por escrito, à coordenação da CEE, com antecedência de 30 (trinta) dias.

 Hospital e Maternidade <b>Marieta</b> Konder Bornhausen	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 4 de 12

**ART. 16º -** Entende-se por destituição o afastamento definitivo do integrante da CEE, que se dará por decisão da Comissão, tomada em reunião ordinária, constando o fato em ata.

**§1º** A destituição ocorrerá nos seguintes casos:

- a) Ausência, não justificada, em 04 (quatro) reuniões consecutivas.
- b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais.
- c) Ter sido condenado em processo ético e/ou penal.

**§2º** A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEE.

**ART. 17º -** A substituição dos integrantes da CEE se processará da seguinte maneira.

- I. Na vacância por término de mandato, atenderão os critérios estabelecidos no art. 7 deste regimento;
- II. Na vacância por afastamento temporário, será feita pelo respectivo suplente, sendo indicado um novo suplente (em caráter temporário) se o afastamento ultrapassar 30 (trinta) dias;

**Parágrafo único:** A vaga de suplente em caráter temporário será preenchida:


- a) Pelo próximo candidato mais votado nas últimas eleições; e se não houver.
- b) Por escolha dos membros da CEE.

III. Na vacância por desistência ou por destituição, será feita pelo respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o próximo candidato mais votado no nível profissional, para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.

**Parágrafo único:** Não havendo suplente eleito, será realizada nova eleição

**ART. 18º -** A CEE elegerá, entre seus membros efetivos, um (a) Coordenador (a) e um (a) Secretária, que terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos.

**Parágrafo único:** A Comissão poderá somente ser coordenada por profissional Enfermeiro.

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 5 de 12

**ART. 19º -** A CEE reunir-se-á ordinariamente a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo coordenador, pelo COREN-SC ou por autoconvocação (maioria simples dos integrantes).

**§1º** Na ausência do coordenador, o secretário coordenará a reunião, sendo escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.

**§2º** Na ausência do secretário será escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.

**§3º** Serão lavradas atas resumidas de todas as reuniões da comissão, constando a relação dos presentes, justificativas dos ausentes, registro das decisões e encaminhamento.

**§4º** O quórum mínimo para as reuniões, verificado até 15 minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

**§5º** Na ausência de quórum a reunião será suspensa sendo feita nova **convocação**.

**ART. 19º -** As decisões da CEE serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.

**§1º** Os membros efetivos terão direito a voz e voto.


**§2º** Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo o membro efetivo, terão direito a voto.

**§3º** É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independentemente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

**ART. 20º -** As decisões da CEE serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.

**§1º** Os membros efetivos terão direito a voz e voto;

**§2º** Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo o membro efetivo, terão direito a voto;

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 6 de 12

**§3º** É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independentemente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

## **CAPÍTULO VI - DO PROCESSO ELEITORAL:**

**ART. 21º -** A convocação da eleição será realizada pela Direção do Órgão de Enfermagem, em edital interno, no mínimo, com 45 (quarenta e cinco dias) antes da data de realização do pleito eleitoral.

**Parágrafo único:** A Diretoria do Órgão de Enfermagem deverá encaminhar cópia do edital de convocação de eleição ao COREN-SC, no mesmo dia em que for publicado na entidade com a relação dos nomes dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares com vínculo empregatício na entidade, acompanhados de seus respectivos números de inscrição no COREN-SC.

**ART. 22º -** A Direção do Órgão de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral para conduzir todos os trabalhos de divulgação, organização realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.

**§1º** É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.


**§2º** A Comissão Eleitoral elegerá um (a) presidente e um (a) secretário entre os **seus** membros.

**ART. 23º -** Todo o material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos eleitorais, serão providenciados e solicitados pela Comissão Eleitoral e fornecidos pela Diretoria do Órgão de Enfermagem da instituição.

**ART. 24º -** A escolha dos membros da CEE será através de eleição direta e secreta, onde os candidatos serão eleitos pelos seus pares, por voto facultativo.

**ART. 25º -** Somente poderão votar, os profissionais regularmente inscritos no COREN-SC e com vínculo empregatício efetivo com a instituição.

**ART. 26º -** O COREN-SC fornecerá à Comissão Eleitoral, a relação dos profissionais de Enfermagem da instituição que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e serem votados.

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 7 de 12

**ART. 27º** - Os profissionais de Enfermagem deverão candidatar-se individualmente, sem formação de chapas, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até 10 dias antes do pleito, apresentando um fiscal, se assim desejar.

**ART. 28º** - O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral em comum acordo com a Direção do Órgão de Enfermagem.

**ART. 29º** - A eleição deverá ser realizada durante o horário normal de expediente da instituição, respeitados os diferentes turnos.

**ART. 30º** - A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for, no mínimo a metade mais um dos profissionais de enfermagem efetivos na entidade, por nível profissional.

**§1º** No (s) níveis profissionais onde o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito.

**ART. 31º** - A apuração será realizada pela Comissão Eleitoral, com a presença dos fiscais, se houver, e demais interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.

**ART. 32º** - Somente serão computadas as cédulas sem rasuras, com voto claro, sem margens para dúvidas ou dupla interpretação.


**ART. 33º** - Serão considerados eleitos como membros efetivos os profissionais candidatos que obtiverem o maior número de votos, por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

**§1º** Em caso de empate, assumirá o candidato que tiver maior tempo de **contrato** efetivo na instituição.

**ART. 34º** - Os candidatos votados e não eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser relacionados, na ata de eleição e apuração por categoria e em ordem decrescente de votos recebidos, será encaminhado ao COREN-SC.

**Parágrafo único:** Os candidatos indicados no caput deste artigo assumirão o mandato em caso de afastamento temporário, desistência ou destituição, segundo consta no art. 16, incisos II e III.

**ART. 35º** - Todas as ocorrências referente ao processo eleitoral serão registradas em ata, assinada pelo (a) presidente, pelo secretário

 <b>Marieta</b> Konder Bornhausen	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 8 de 12

(a), pelos demais membros da Comissão Eleitoral e pelos fiscais, se houver.

**Parágrafo único:** O presidente (a) da Comissão Eleitoral encaminhará os resultados da eleição com a respectiva ata à Direção do Órgão de Enfermagem, imediatamente após o término da apuração.

**ART. 36º** - A Diretoria do Órgão de Enfermagem proclamará os resultados da eleição através de edital interno na instituição, no primeiro dia útil após o seu recebimento.

**ART. 37º** - Todos os recursos relativos ao ato vinculado ao pleito, somente será recebido pela comissão eleitoral se entregue, por escrito, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação oficial pela Direção do Órgão de Enfermagem.

**§1º** O recurso será julgado no prazo máximo de 05 (cinco) dias pela Comissão Eleitoral.

**§2º** Caso necessário, o recurso terá como segunda instância a Comissão de Ética do COREN-SC (CEE).

**ART. 38º** - A Direção do Órgão de Enfermagem terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pleito, para encaminhar a lista nominal dos eleitos com o respectivo número de registro, ao COREN-SC.


**Parágrafo único:** A listagem deverá informar:

- a) O nome dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.
- b) O nome dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.
- c) O nome dos profissionais que receberam votos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC, que não farão parte no primeiro momento da CEE, mas que poderão ser convocados em caso de afastamento temporário, vacância por desistência ou destituição de membros empossados.

**ART. 39º** - Somente após a homologação, através de Portaria do COREN-SC nomeando os profissionais eleitos, é que a Comissão de Ética da Entidade estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento.

## **CAPÍTULO V - DAS COMPETÊNCIAS:**




	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 9 de 12

**ART. 40º** A CEE tem as seguintes competências:

- I. Divulgar os objetivos da CEE;
- II. Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional;
- III. Promover e/ou participar de reuniões, seminários ou atividades;
- IV. Assessorar a diretoria e o Órgão de Enfermagem da entidade, nas questões éticas e disciplinares;
- V. Orientar a equipe de Enfermagem sobre o comportamento ético-profissional e sobre as implicações decorrentes de atitudes antiéticas;
- VI. Orientar clientes, familiares e demais interessados sobre questões éticas;
- VII. Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais referente à ética;
- VIII. Apreciar e emitir parecer sobre questões éticas da Enfermagem, sempre que necessário;
- IX. Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem;
- X. Averiguar:
  - a) O exercício ético da profissão;
  - b) As condições oferecidas pela entidade e sua compatibilidade com o desempenho ético-profissional;
  - c) A qualidade de atendimento dispensada à clientela, comunicar por escrito, ao COREN-SC, as irregularidades ou infrações éticas detectadas.
- XI. Encaminhar anualmente ao COREN-SC e a Direção Enfermagem ou órgão equivalente, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior até 01 de março;
- XII. Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do COREN-SC, sempre que necessário;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão COREN-SC N.002, de 10 de janeiro de 2006.

**ART. 41º** Compete ao Coordenador da CEE:

- I. Convocar e presidir reuniões;
- II. Propor a pauta de reuniões;
- III. Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação;
- IV. Representar a CEE junto ao Órgão de Enfermagem da entidade;

 <b>Marieta</b> Konder Bornhausen	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 10 de 12	

- V. Representar ou indicar representante, onde fizer-se necessária a presença ou participação da CEE;
- VI. Encaminhar as decisões da CEE, segundo a indicação;
- VII. Elaborar, com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anual, encaminhando-os, até 01 de março de cada ano, à Direção do Órgão de Enfermagem e o COREN-SC;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício da profissão.


**ART. 42º** Compete ao secretário da CEE;

- I. Secretariar as reuniões da CEE redigindo atas e documentos;
- II. Providenciar datilografia e/ou reprodução de documentos;
- III. Encaminhar o expediente da CEE;
- IV. Arquivar cópia dos documentos;
- V. Elaborar, com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anual;
- VI. Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador;
- VII. Representar a CEE nos impedimentos do Coordenador;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

**ART. 43º** Compete aos membros efetivos da CEE:

- I. Comparecer e participar das reuniões;
- II. Emitir parecer sobre as questões propostas;
- III. Participar de reuniões e/ou programações relacionadas com ética, promovidas pela CEE ou por outras instituições;
- IV. Representar a CEE quando solicitado pelo Coordenador;
- V. Participar, através do voto, das decisões tomadas pela CEE;
- VI. Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião.
- VII. Participar da elaboração do planejamento e relatório anual da CEE.
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético profissional.


**ART. 44 °** Compete aos membros suplentes da CEE

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 12 de 12

## Histórico:

<b>Versão</b>	<b>Data</b>	<b>Páginas</b>	<b>Natureza da Mudança</b>
1.0	05/09/2016	12	Elaboração do documento
1.1	26/12/2017	12	Revisão do documento
1.2	25/01/2018	11	Revisão do documento
1.3	18/09/2019	12	Revisão do documento

<b>Elaborado por:</b> Bruna Cristina Sgrott	<b>Aprovado por:</b> Bruna Cristina Sgrott
<b>Revisado por:</b> Carina Gheno Pinto e Bruno Silvano Tonon	<b>Homologado por:</b> Karina Oliveira Pereira

	<b>REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ENFERMAGEM</b>		<b>REGENF001</b>
	Emissão: 05/09//2016	Versão: 1.3	Página 11 de 12

- I. Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos;
- II. Participar das reuniões da CEE;
- III. Participar das atividades promovidas pela CEE;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético profissional.

## **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**ART. 45º** Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEE, do Órgão de Enfermagem da instituição ou da Comissão de Ética do COREN-SC.

**Parágrafo único:** A alteração será submetida à aprovação da assembleia da categoria da instituição e à homologação da Plenária do COREN-SC.

**ART. 46º** O Órgão de Enfermagem da instituição garantirá, as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEE.

**ART. 47º** Os casos omissos serão decididos pela Plenária do COREN-SC.

**Art. 48.** Este modelo de regimento interno entrou em vigor na data da homologação pelo Plenário do Coren/SC em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Itajaí, 18 de Setembro de 2019

*Julma Cristina Scott*

(Nome do membro da Comissão do Regimento - Coren/SC nº 20790)

*Carina Ghera Lmt*

(Nome do membro da Comissão do Regimento - Coren/SC nº 13460)

*Bruno Silvano Tonon*

(Nome do membro da Comissão do Regimento - Coren/SC nº 31417)